

Quem fiscaliza o algoritmo?



» ADRIANE BUARQUE DE HOLANDA
Coordenadora da ESFERA Lab
— Laboratório de Pesquisa Política da ESPM

As redes sociais se tornaram, nas campanhas eleitorais, um canal de interação direta entre as candidaturas e os eleitores. Seguindo a teoria de Habermas, podemos chamar hoje as plataformas de esfera pública digital, um espaço de apoio, manifestação e debate. Mas, diferentemente da praça pública, essa esfera tem dono, e quem decide o que cada eleitor vê é o algoritmo. Por isso, temos dificuldade de entender como as plataformas criam regras e critérios para que os candidatos tenham a mesma oportunidade de espaço na rede. No segundo turno das eleições presidenciais no Brasil, essa dúvida chegou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que exigiu que a Meta trate Lula e Flávio Bolsonaro com as mesmas regras.

A isonomia é manter o mesmo padrão de critérios e regras na entrega de conteúdo pelo algoritmo. Por exemplo, se um post de um candidato perde distribuição por um motivo, o post do outro, na mesma situação, deve perder pelo mesmo motivo.

O ponto central aqui é o papel dos algoritmos na distribuição dos conteúdos nas plataformas. O candidato, quando registrava sua candidatura, precisava informar ao TSE o endereço das suas redes sociais, para que fosse enviado às plataformas e o algoritmo não sugerisse esses perfis ao usuário. A atualização realizada em 2026 do artigo 28 da Resolução 23.610/2019 não se aplica ao impulsionamento pago, que passa a ser a única forma de ampliar a audiência do perfil. A Resolução 23.755/2026 vai além e proíbe que sistemas de inteligência artificial ranqueiem (definam a ordem em que os conteúdos aparecem), recomendem ou priorizem candidaturas, mesmo a pedido do usuário.

Então, o que se discute é a falta de isonomia

algorítmica, que já foi denunciada ao TSE pela campanha do presidente Lula. A denúncia aponta diferenças na geração de imagens pela Meta AI e falhas no canal de mídia paga, como a conta de anúncios desativada e o bloqueio de impulsionamento. Meta nega que tenha favorecido algum candidato e atribui o bloqueio a falhas globais. A campanha de Flávio Bolsonaro também afirma ter sido prejudicada.

O plano de conformidade entregue pela Meta ao TSE não continha regras para viralização nem para as campanhas orgânicas; o que a empresa prevê é derrubar cópias de conteúdos que já estão com ordem judicial. Mas, então, como verificar a isonomia?

Podemos fazer essa verificação de três formas: a primeira é um teste comparativo, em que se coloca o nome de um candidato e se analisa o resultado; depois, repete-se o teste com o nome do outro candidato para comparar as respostas. Foi o que se fez, e observou-se que os pedidos com Lula e 13 e com Flávio e 22 davam resultados diferentes: a Meta AI recusava o primeiro e aceitava o segundo. Isso também pode funcionar em sistemas de busca e de anúncios, e é uma forma de encontrar o erro de isonomia.

O segundo caminho é a busca de dados públicos que ficam dentro da Biblioteca de Anúncios. Lá, é possível consultar gastos e comparar aprovações e recusas. O NetLab, laboratório de pesquisa da Escola de Comunicação da UFRJ, encontrou divergências entre a interface (o site) e a Interface de Programação de Aplicações (API) usada pelos pesquisadores: anúncios que apareciam como inativos no site, mas ao mesmo tempo ativos nos dados da API, o que pesa sobretudo entre 48 horas antes e 24 horas depois da votação, período em que a propaganda paga é proibida. Na prática, nem a ferramenta de transparência da empresa permite saber com certeza o que estava no ar.

A terceira forma é uma auditoria independente dos dados, sem aceitar apenas os relatórios que a Meta vem apresentando. Isso exigiria que a empresa entregasse as ações sobre as contas e os posts, a redução de distribuição, os motivos de bloqueios, as regras configuradas

por nomes e números e o histórico de mudanças no código, para checar se as falhas globais afetaram os dois lados da mesma forma. É o que a campanha de Lula está solicitando.

Nesse episódio, a Meta se defendeu com o envio de ofícios ao tribunal e notas à imprensa informando que o tratamento é igual para ambos os candidatos. Esses documentos são produzidos com conteúdos que somente a empresa conhece.

O que está em questão é que, quando houve o questionamento pela campanha de Lula, os argumentos não se sustentaram por inteiro. A primeira explicação citava uma pane global de cinco horas, ocorrida em outro dia que não o do bloqueio. O Ministério Público Eleitoral argumentou que a Meta não entregou os dados necessários para explicar a isonomia.

O público externo, como o TSE, o Ministério Público, pesquisadores e a sociedade civil, só enxerga os dados visíveis, como curtidas, engajamento e visualizações, mas esses números, sozinhos, não provam nada, pois o alcance pode vir de uma estratégia eficaz de marketing digital.

Nesse debate, é importante separar duas ideias. A primeira é a paridade algorítmica, que daria os mesmos alcances de conteúdo para os dois candidatos. Claro que campanhas com mais seguidores, mais conteúdos e planejamento definido acabam tendo um impacto maior, mas isso faz parte do jogo do marketing digital e de uma disputa democrática transparente.

A segunda é a isonomia, que exige as mesmas regras e critérios para todos. O Brasil tentou chegar a ela deixando o algoritmo neutro, desligando a recomendação dos perfis dos candidatos, mas não foi suficiente. Seria necessário incluir também os perfis de apoiadores, os cortes de conteúdo da campanha e outros canais envolvidos.

O que fica de aprendizado para o Brasil e para outros países que terão eleições é a necessidade de definir as regras de isonomia com as plataformas antes da campanha e de ter profissionais que conheçam metodologias e desenvolvimento de algoritmos, com acesso aos dados, para fiscalizá-las. Só assim, a isonomia de fato acontece com mais clareza e rigor.



Pedir desculpas virou derrota



» LUCIANO CLAUDINO
Estrategista político,
autor do livro Falo,
logo existo!

Na noite de sexta-feira, a dois dias da votação, um candidato à Presidência da República disse três palavras que quase não se ouvem em campanha: “Eu estava errado”. Flávio Bolsonaro falava do voto que deu, como deputado estadual, contra a ampliação da licença-maternidade. Disse que hoje votaria de outro jeito. A frase durou dois segundos. A resposta de Lula veio logo depois: “Quando ele teve a chance de votar, ele não votou”.

Não foi o único recuo da noite. Flávio havia dito que o presidente “dá com uma mão e tira com as nove dedos”. Lula reagiu, lembrou o dedo perdido num acidente de trabalho aos 17 anos e exigiu desculpas. Elas vieram, “de verdade”, nas palavras do senador. Logo em seguida, ele quis saber se Lula também pediria desculpas aos beneficiários do Bolsa Família. Nas considerações finais, foi a vez do presidente: agradeceu a paciência do eleitor e se desculpou pelo tom da noite. Na mesma fala, chamou o adversário de miliciano mais uma vez.

Três gestos raros em discursos: admitir um erro, pedir desculpas, pedir desculpas de novo.

Na manhã seguinte, o que circulou são “nove dedos” e “miliciano”. Vale perguntar por quê.

Em *Falo, logo existo!*, defendo que a conversa pública migrou para um formato que chamo de ringue: montado para produzir reação, com dois lados, um placar e um cronômetro. O ringue tem uma regra que ninguém escreveu, mas todos conhecem. Quem recua perde. Mudar de ideia é derrota. Pedir desculpas é admitir que se perdeu o controle, e perder o controle, no ringue, é a única derrota que conta de verdade. Por isso o gesto nunca vem sozinho. Vem acompanhado de uma cobrança, para que ninguém o confunda com fraqueza. A desculpa recebe um “mas e você?”. A confissão de erro recebe um “por que só agora?”. O recuo é convertido em munição antes mesmo de terminar. Não é maldade de quem fala. É a gramática do lugar.

Repare na diferença entre os dois recuos de Flávio. O erro de anos atrás saiu limpo: “Eu estava errado”. O erro de minutos antes saiu com condicional: “se eu te ofendi”. A desculpa de Lula foi a única da noite dirigida a quem estava em casa, e seguiu o mesmo molde. Pediu perdão pelo tom da noite, como se a noite tivesse falado sozinha.

É mais fácil admitir o erro que já esfriou do que o que ainda está quente. O antigo não custa nada no placar. O recente custa o round. O cronômetro agrava tudo: num minuto, não há tempo para dizer “eu exagerei, não devia”. Há tempo para dizer “se” e seguir para o ataque. O formato corta a explicação e preserva o slogan. Preserva também a desculpa pela metade,

porque ela cabe no tempo e não cede terreno.

Depois, entra a plateia. A conversa do dia seguinte não é sobre quem explicou melhor. É sobre quem “amassou”, quem se enrolou, quem levou a melhor. É vocabulário de luta, e escolher um vencedor é mais fácil do que acompanhar uma ideia. Nessa língua, três recuos não são notícia. São três rounds perdidos.

No livro, contraponho o ringue à mesa. Na mesa, pedir desculpas não é recuar. É construir. Talvez seja o gesto mais antirringue que existe, porque devolve à conversa a chance de continuar.

Hoje, o país escolhe. Amanhã, acorda com um presidente eleito e com todo o resto igual: o grupo da família, o almoço, o colega que votou diferente. É aí que a regra do ringue cobra a conta. Quem aprendeu, em duas horas de debate, que pedir desculpas é perder vai levar essa lição para a mesa de casa. Lá não existe direito de resposta. Existe o resto da vida em comum.

Dá para desaprender, e começa pequeno. Quando alguém disser “eu estava errado”, deixar a frase respirar antes de perguntar por que só agora. Quando alguém pedir desculpas, não cobrar o troco na mesma frase. Desconfiar do “se” nas próprias desculpas antes de apontá-lo nas dos outros. Nada disso rende manchete. Rende outra coisa: uma segunda-feira em que a conversa continua.

Os candidatos tiveram um minuto e um placar. Nós temos a semana inteira e ninguém marcando pontos. Pedir desculpas só é derrota onde existe placar. Segunda-feira não tem placar. Tem gente.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O erro histórico do pensador

É certo que o pensador que abraça uma ideologia e passa a combater todos os que dela divergem acerta, talvez, o alvo central, mas perde o entorno, que é sempre maior e mais diverso do que o ponto escolhido. Perde “a bússola, a régua e o compasso” — isto é, a orientação, a medida e a capacidade de traçar o círculo de um mundo inteiro. A imagem final é a do filósofo dividido e cativo, com um muro no meio do universo, enxergando apenas metade de tudo. A observação é menos uma questão de gosto político do que de método: o que está aqui em causa é a função do pensamento, não o conteúdo da crença.

Dogma

Essa intuição tem pedigree. Em 1927, Julien Benda publicou *A traição dos intelectuais* para denunciar exatamente o fenômeno: os “clérigos”, que deveriam servir a valores universais, como a verdade, a justiça e a razão, e entregavam-se às paixões políticas de classe, de nação e de partido. Para Benda, o intelectual que se faz porta-voz deixa de ser guardião de algo que pertence a todos e passa a ser advogado de algo que pertence a alguns. Raymond Aron, em *O ópio dos intelectuais*, de 1955, acrescentou o diagnóstico complementar: a fé política dos letrados costuma ser mais dogmática do que a do homem comum, porque dispensa o contato com o custo concreto das decisões.

Miopia

Um acervo doloroso de exemplos é oferecido pela história, e é importante notar que eles vêm de todos os lados, o que já indica que o problema não está na ideologia escolhida, mas no gesto de se tornar seu porta-voz. Martin Heidegger, talvez o filósofo mais profundo do século 20, aderiu ao partido nazista e assumiu o reitorado de Friburgo em 1933; a maior meditação sobre o ser não o protegeu da miopia diante do que se passava diante de seus olhos. Ezra Pound, grande poeta, transmitiu propaganda fascista pelo rádio italiano durante a guerra. Louis-Ferdinand Céline, romancista de gênio, escreveu panfletos antisemitas que manchariam para sempre sua obra. Na outra margem, Pablo Neruda, um dos maiores poetas de língua espanhola, compôs odes a Stalin quando o terror já era notório. André Gide viajou à União Soviética em 1936, voltou desiludido e foi tratado como traidor por seus antigos companheiros, apenas por descrever o que viu. Jean-Paul Sartre, por anos, relativizou os crimes do regime soviético em nome de não “desesperar Billancourt” e rompeu com Albert Camus quando este se recusou a aceitar que o fim justifica os meios.

Pensamento crítico

Primeiro, vem a escolha do lado, muitas vezes por motivos nobres: indignação com a injustiça, medo do caos, amor pela pátria. Em seguida, vem a lealdade, que exige que os fatos incômodos sejam lidos de modo favorável. Por fim, vem o silêncio seletivo: o intelectual deixa de ver o que o campo adversário vê com clareza, e, pior, deixa de ver o que o próprio campo faz de errado. Quem cumpre essa trajetória descobre, tarde demais, que cedeu a única coisa que tornava sua voz valiosa, a credibilidade de quem não está obrigado a dizer o que convém.

Pelo mundo

Nada disso significa que o pensador deva viver numa torre de marfim. Significa que sua forma própria de engajamento é outra: a de dizer a verdade ao poder, qualquer poder, inclusive o que lhe é simpático, e a de preservar o espaço em que adversários ainda possam conversar. Camus resumiu a posição em uma fórmula célebre, a de não ser nem vítima nem carrasco. É uma posição incômoda, que desagrada a todos os campos e raramente rende aplausos imediatos, mas é a única que preserva a bússola, a régua e o compasso de que fala o texto. O mundo é, de fato, maior e mais diverso do que o ponto central de qualquer doutrina. Quem quiser mapeá-lo precisará, para começar, aceitar que nenhum lado da estrada o contém por inteiro.

Ácido

Contudo, o custo não recai apenas sobre quem se alista. Vai direto sobre a esfera pública, que depende de um punhado de vozes reconhecidas como justas para que as disputas possam ser arbitradas por algo além da força. Quando essas vozes se alinham, o árbitro desaparece: cada fato passa a vir acompanhado de sua etiqueta de origem, e o cidadão comum, que não tem tempo nem meios de verificar tudo, aprende a descontar automaticamente o que vem do outro lado e a absorver sem filtro o que vem do seu. A confiança, que levou séculos para se construir como bem comum, é consumida em poucas décadas de militância.

Inteligência

Há um modo de ter convicções firmes sem converter cada texto em plataforma: é tratar o adversário como alguém que pode estar certo em algum ponto, conceder o que for justo conceder e criticar primeiro o que lhe é mais próximo. Esse exercício custa caro, e é por isso mesmo que dá credibilidade a quem o pratica.

» A frase que foi pronunciada

“Quando confrontadas com uma escolha, as pessoas geralmente optam pelo bem . Escolhem o mal quando parece não haver outra opção.”

Andrzej Majewski

» História de Brasília

O sr. Sebastião de Almeida Prado Sampaio, presidente da Associação Médica Brasileira, escreveu ao dr. Fábio Rabelo, e, sobre o Plano Hospitalar, disse isto: “Esse Plano representa a solução para o problema médico em nosso meio, realizando a comunidade de serviços, baseado no município”. (Publicada em 26/5/1962)